



A cobertura da transposição do Rio São Francisco no Jornal do Commercio¹

Erivaldo dos SANTOS JUNIOR²
Sonia AGUIAR³
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Resumo:

O presente artigo apresenta uma análise de conteúdo das matérias publicadas no caderno de Economia do Jornal do Commercio sobre a transposição do Rio São Francisco, nos anos de 2005 e 2007. Com base na proposição de que o jornalismo ambiental, atrelado ao científico, já não detém o monopólio explicativo sobre fenômenos e recursos naturais, foram categorizados os temas mais abordados nas narrativas e identificados os atores e as vozes nos relatos para confirmar ou refutar tal proposta.

Palavras-chave: jornalismo ambiental; recursos hídricos; imprensa regional; Pool de Jornais do Nordeste

1. Introdução

Este artigo é resultado de um projeto de iniciação científica em andamento na Universidade Federal de Sergipe, que tem como tema “Jornalismo, meio ambiente e desenvolvimento regional: interfaces e conflitos”, e como objeto empírico a cobertura da transposição das águas do Rio São Francisco no Pool de Jornais do Nordeste. A pesquisa procura demonstrar como o jornalismo ambiental apresenta particularidades, quando abordado de um ponto de vista regional, em função dos aspectos do meio ambiente referenciados por critérios de proximidade geográfica, sociocultural e político-econômica.

A escolha do Pool de Jornais do Nordeste como universo empírico se deve justamente à possibilidade de exemplificar tal problemática. Formado por jornais de grande circulação na região – O Estado e Meio Norte (PI); Diário do Nordeste (CE);

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante do 5º período de Jornalismo e bolsista de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (PIBIC-UFS 2009-2010) / email: irjuniorkd@yahoo.com.br

³ Orientadora da pesquisa: professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe e coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (LICA) – <http://licaufs.blogspot.com/> email: saguiar.ufs@uol.com.br



Tribuna do Norte (RN); Jornal do Commercio (PE); Correio da Paraíba e Gazeta de Alagoas –, o Pool foi lançado no ano 2000 com a publicação “Cadernos do Nordeste”, que dedicou sua primeira edição ao tema “recursos hídricos”. A linha editorial da publicação (encartada em todos os jornais do grupo e também veiculada online⁴) é claramente favorável à transposição, embora também dê voz a opositores e a argumentos controversos.

Em sua primeira fase, o estudo está focado no Jornal do Commercio (JC), veículo centenário de reconhecida importância na imprensa regional e nacional, que exerce um papel informal de líder informal do Pool. Além desses atributos, a escolha desse recorte empírico deveu-se, também, à disponibilidade das reportagens a serem pesquisadas no banco de dados das edições impressas do jornal (desde 1998).

O período de abrangência da pesquisa contempla as reportagens publicadas entre 2005 e 2009, demarcado por duas datas de grande relevância no processo de desenvolvimento do projeto da transposição. Em 2005 foi quando o governo federal anunciou, pela primeira vez, que as obras do projeto teriam início, e foi o ano da primeira greve de fome do bispo de Barra (BA) Dom Luiz Flávio Cappio, que teve bastante repercussão na imprensa e provocou o adiamento do começo das obras. Já 2009 foi escolhido como marco final da pesquisa pela visita do Presidente Lula, em meados de outubro, aos canteiros de obras dos dois eixos dos canais a serem construídos, encerrando um ciclo de desconfianças e controvérsias sobre a viabilidade do projeto.

A metodologia escolhida para a pesquisa foi a Análise de Conteúdo, com um enfoque quali-quantitativo, conforme sintetizado por Herscovitz (2008). Para a seleção das matérias foi feita uma busca no banco de dados do site do Jornal do Commercio com a palavra-chave “transposição”, restrita ao período selecionado. As matérias recuperadas foram organizadas em uma tabela, por data, título, assunto (fato ou questão que gerou a notícia ou reportagem) e seção. Em seguida, os dados coletados foram separados em informativos e opinativos, e sistematizados por editoria, quando então foi possível observar a dominância do caderno de Economia na cobertura em questão, responsável por quase 70% do conteúdo coletado.

A referida investigação em andamento aborda a transposição como um **processo** que vem gerando ciclos de notícias favoráveis e contrárias, com maior intensidade nos anos de 2005 e 2007, em que ocorre o maior número de contestações ao projeto, tanto

⁴ Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/cadernosdonordeste/jun_rio.htm

através de manifestações públicas, sobretudo a partir das duas greves de Dom Cappio, quanto de disputas jurídicas. Esta concentração motivou o recorte feito para este artigo: a análise de conteúdo das matérias sobre a transposição do Rio São Francisco publicadas pela editoria de Economia do JC nos anos de 2005 e 2007.

2. Jornalismo ambiental

Dos 655 textos recuperados nas edições impressas do Jornal do Commercio com a palavra-chave “transposição”, entre 2005 e 2009, apenas oito foram veiculados na seção Ciência & Meio Ambiente (sendo quatro em 2005, três em 2006 e um em 2009). A grande maioria dos textos (444 – quase 68%) foi pautada e publicada pela editoria Economia (incluindo os 61 da JC Negócios); 21 saíram em Cidades; 20 na série especial de reportagens “Transposição”, veiculada na semana de 22 a 29 de maio de 2005, e dez na editoria Brasil. As quase 40 matérias restantes foram veiculadas por outras dez editorias ou seções do jornal, no mesmo período (ver AGUIAR e SANTOS JUNIOR, 2010, p.10).

Essa dispersão editorial no tratamento da mega-intervenção no Rio São Francisco – recurso hídrico de grande importância geográfica, sociocultural e político-econômica para populações de cinco estados brasileiros – desperta uma reflexão sobre a relação entre jornalismo e meio ambiente. Tradicionalmente, o jornalismo ambiental é tratado na literatura especializada e no campo profissional como um subgênero do jornalismo científico. Esta ligação se deve ao fato de, até recentemente, os cientistas ocuparem papel privilegiado como fontes de informação acerca dos eventos relacionados aos fenômenos e recursos naturais.

Segundo Villar (1997), a identificação do jornalismo ambiental como prática profissional surge na década de 1960, quando foi realizada em Paris a Conferência da Biosfera.

No mesmo ano, era preso no Brasil – pela Operação Bandeirantes – o jovem repórter Randau Marques, primeiro jornalista brasileiro a se especializar em meio ambiente. Randau foi considerado subversivo na época porque escreveu num jornal da cidade Paulista de Franca (berço dos curtumes) reportagens sobre a contaminação de gráfcos e sapateiros com chumbo, e já questionava a expressão “defensivos”, mostrando que os agrotóxicos eram responsáveis pela mortandade de peixes e pela intoxicação de agricultores. Depois, Randau se especializou em assuntos urbanos e questões ambientais Jornal da Tarde (VILLAR, 1997).

Contudo, só após a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, sediada em Estolcomo, em 1972, é que o tema começou a ser pautado com mais freqüência pela

imprensa, tanto nacional, enfocando a preservação da Amazônia, quanto a internacional, com a preocupação sobre os limites do crescimento econômico. Vinte anos depois, com a realização da Eco-92 – a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – no Rio de Janeiro, ocorre um *boom* na cobertura sobre eventos com temas ambientais no país.

A vinculação de notícias relacionadas ao meio-ambiente às chamadas ciências naturais – que predomina no jornalismo científico –, desconsidera a pluralidade de áreas de conhecimento que envolve a temática.

“No seu processo reducionista e fragmentário, o discurso jornalístico ignora a pluralidade de discursos ambientais em disputa pelo controle dos recursos naturais, isto é, os modos estruturados e compartilhados de apreender, interpretar, representar e defender as questões do meio ambiente.” (AGUIAR, 2008)

Bueno (2007) considera o saber ambiental como sendo uma articulação de múltiplos saberes, o que torna reducionista a tentativa de afastá-lo do dia-a-dia das pessoas por meio de uma linguagem de cunhos científicos ou de priorização das fontes ditas “oficiais”.

O jornalismo ambiental brasileiro, equivocadamente, tem sido acometido pela “síndrome Lattes”, ou seja, tem priorizado (ou, o que é mais dramático, se reduzido a) fontes que dispõem de currículos acadêmicos, produtores de conhecimento especializado e que, muitas vezes têm, por viés do olhar ou em muitos casos por má índole, se tornando cúmplices de corporações multinacionais das sementes ou fazem apologia dos insumos químicos ou agrotóxicos, clinicamente chamados de defensivos agrícolas (BUENO, 2007, p.15).

Outro grande problema que envolve o jornalismo ambiental é que ele só ganha espaço na cobertura dos jornais, principalmente dos telejornais, quando acontece algum desastre ambiental de grandes proporções, ganhando enfoque nas matérias a vitimização das pessoas envolvidas, normalmente nas editorias local e internacional. O questionamento sobre o porquê de tais desastres terem acontecido geralmente é pautado em outras editorias, como a de jornalismo científico.

O jornalismo ambiental precisa ter um caráter revolucionário, comprometido com a mudança de paradigmas, deve enxergar além das aparências e não ser complacente com aqueles que se apropriaram da temática ambiental para formar ou reforçar a imagem. Deve suspeitar sempre do discurso pretensamente preservacionista de governos e organizações, buscando contemplar além de ações isoladas, quase sempre utilizadas como recursos mercadológicos ou propagandísticos (BUENO, 2007, p.17).

Essa tendência à “mercantilização” dos problemas ambientais vem sendo observada na mídia nos últimos anos, sobretudo em função do acirramento das mudanças climáticas, que coloca em questão o modelo de desenvolvimento baseado na exploração

sem limites dos recursos naturais. Configura-se, assim, o que o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) chama de “neoliberalismo ambiental”, que vem reorientando, entre outras questões, mudanças na cobertura da mídia sobre meio ambiente.

3. Rio São Francisco em disputa

O projeto de transposição do Rio São Francisco tem sua origem no período do Império. O primeiro a expressar essa possibilidade foi o deputado provincial do Ceará Marcos Antônio Macedo, em 1847. D. Pedro II chegou a encomendar um estudo detalhado da navegação do São Francisco e cogitou enfrentar a seca por meio de um canal que conduzisse a água do rio para a região que atingida. Mas a proposta esbarrou na inviabilidade técnica e ficou só na intenção.

Em 1856, o Barão de Capanema liderou uma comissão científica para viabilizar a abertura de um canal que interligasse o Rio São Francisco ao Jaguaribe. O desenvolvimento do projeto, anos depois, foi também inviabilizado por partes técnicas do projeto. Somente em 1972, o deputado Wilson Roriz, do Ceará, retoma o plano e cogita a possibilidade de bombeamento associado a canais, considerado tecnicamente viável. Nove anos depois, no governo do presidente João Batista de Figueiredo, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) elabora um projeto de transposição para as bacias dos rios Apodi, Jaguaribe e Piranhas, objetivando um atendimento ao consumo doméstico, industrial e de uso econômico.

A partir da década de 1990, a idéia de transpor águas do Rio São Francisco para as áreas nordestinas carentes de recursos hídricos ganha destaque na mídia e passa a ser abordada como questão política. Em 1994, o presidente Itamar Franco ressalta a importância de analisar o potencial hídrico da região setentrional do semi-árido (envolvendo Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) e lança o Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco. Na mesma época, o Ministério da Integração Nacional (MIN) é encarregado de elaborar o Projeto Básico de Engenharia para início imediato das obras em Cabrobó-Jatí.

No ano seguinte, já sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, é assinado um documento denominado “Compromisso pela Vida do São Francisco”, que demonstra a atenção especial que passou a ser dada ao rio. Em 1997 é sancionada a Lei das Águas, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Em 2001, o governo federal repassa ao Ministério da Integração 70 milhões de reais para realizar os estudos técnicos para a

transposição; institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF); e anuncia a criação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Todo esse processo viabilizou a formulação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, apresentado pelo Ministério da Integração em 2003, já na gestão Lula, e submetido a audiências públicas presididas pelo vice-presidente José Alencar. A partir de 2004, com a divulgação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), o governo passa a evitar o termo “transposição” e a se referir à obra como “integração” de bacias, açudes e adutoras da região. Segundo o MIN, o Projeto consiste na construção de dois canais: o Eixo Norte, que conduzirá água aos rios Salgado e Jaguaribe (CE), Apodi (RN), e Piranhas-Açu (PB-RN), e o Eixo Leste, com uma barragem em Itaparica, que encaminhará até o Rio Paraíba.

No ano de 2005, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprova a realização das obras, que começam em agosto de 2007, após muitas disputas políticas na região Nordeste. De um lado Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, bem como seus governantes e políticos, se empenham na luta a favor da transposição, na maior parte das vezes pelos benefícios econômicos que a mesma trará, em especial com o desenvolvimento do agronegócio. Do outro lado, se encontra a população ribeirinha de Sergipe e Bahia, que antes mesmo da transposição já sofre com a redução do volume d’água que o Rio vem enfrentando e reivindica a sua revitalização, com apoio de adversários políticos como o ex-governador João Alves Filho e o atual, Marcelo Déda. Tais disputas ficam evidentes na leitura das matérias publicadas pelo Jornal do Commercio, que talvez por estar sediado em um estado que se considera “doador e receptor”, simultaneamente, apresenta manifestações contra e favor.

4. O Jornal do Commercio

Exercendo, ainda que informalmente, o papel de líder do Pool, o Jornal do Commercio integra o Sistema JC de Comunicação, pertencente ao grupo JCPM, do empresário João Carlos Paes Mendonça. Foi fundado em abril de 1919, em plena campanha política de Epitácio Pessoa à Presidência da República. Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), no mês de março de 2010, o jornal diário atingiu a média de 72.385 mil exemplares nos domingos, sendo um dos jornais de maior tiragem da região Nordeste.

Possui dez cadernos editoriais: o Primeiro Caderno, que faz uma cobertura política de Pernambuco, do Brasil (Brasil), do Mundo (Internacional) e Opiniões (Repórter JC, Pinga Fogo e Cena Política); Cidades, notícias sobre a Região Metropolitana e do Interior do Estado; Economia, informações econômicas, além da Coluna JC Negócios, escrita por Fernando Castilho; Caderno C, trata de artes, cultura, música e gastronomia; Informática, aborda o mundo tecnológico; Revista JC, traz matérias sobre comportamento, saúde, gastronomia, etiqueta; Ciência & Meio-Ambiente, aborda as questões ambientais e científicas; Mais Esporte, responsável pela cobertura esportiva; Turismo, opções desde o turismo local até o internacional; JC na TV, tudo sobre a programação televisiva; os Classificados JC, disponibiliza espaço para divulgação de serviços; e ainda traz alguns suplementos especiais de periodicidade incerta.

Pelo peso da editoria de Economia nos resultados originados da busca pela palavra-chave “transposição”, no banco de dados do site do Jornal do Commercio, optou-se por fazer um recorte de tal seção para aplicação da Análise de Conteúdo no presente artigo. Segundo dados disponíveis no site do Jornal, o Caderno de Economia é o que possui maior número de leitores entre os demais cadernos dos jornais do Estado. Predomina o público masculino como leitor da editoria, em maior parte pertencente à classe “B”, na faixa etária dos 20 aos 39 anos, com renda familiar de até cinco salários-mínimos, e em sua grande parte com um nível superior de ensino.

Na época em que o Pool de Jornais do Nordeste foi formado, no ano 2000, a idéia de transpor as águas do Rio São Francisco ainda era incipiente, embora já se discutisse a formulação de um Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco. A antecipação do debate público, através da imprensa regional, sobre a possibilidade de integração dos dispersos recursos hídricos do Nordeste deve ter sido fundamental para as alianças de apoio que se estabeleceram em torno do projeto, a partir do segundo mandato do presidente Lula.

5. Análise das matérias

Sendo o estudo relatado no presente artigo, predominantemente de caráter exploratório e descritivo, foi usada como metodologia a Análise de Conteúdo, que segundo Herscovitz (2008, p.126) se define como:

(...) método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens, impressas, gravadas ou veiculadas em uma forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos

enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação.

Para mapear a cobertura jornalística referente à transposição do Rio São Francisco, no ano de 2005 e 2007, foi feita uma busca no banco de dados virtual do Jornal do Commercio com três palavras-chaves: “transposição”, “meio ambiente” e “São Francisco”. Porém, como o resultado obtido com as duas últimas palavras foram amplos e, na maior parte das vezes, não fazia nenhuma referência a temática da pesquisa, optou-se por analisar somente as matérias resultantes do termo “transposição”, que quase na totalidade dos casos vinha associada a “rio São Francisco”. As matérias resultantes de tal processo foram sistematizadas por editorias, o que permitiu observar a predominância do caderno de Economia na cobertura.

No ano de 2005, foram publicadas 285 matérias informativas, recuperadas com a palavra-chave “transposição”, das quais 154 (51%) foram publicadas no caderno de economia. As 131 restantes distribuíram-se pelas seções de: JC Negócios, Política, Cena Política, Brasil, Repórter JC, Cidades, Capa Dois, Ciência & Meio Ambiente, Caderno C, Transposição, e na ocasional “Abastecimento em Xeque”. Já em 2007, ano em que o projeto de Transposição tornou-se irreversível, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a hegemonia do olhar econômico sobre o Rio São Francisco foi ainda mais avassaladora: dos 149 textos informativos publicados entre janeiro e dezembro, 103 (70%) tiveram esse enquadramento (incluindo as 14 notas do JC Negócios). As demais aparecem nas editorias de Cidade, JC Negócios, Brasil, Caderno C, Capa Dois, e nas seções ocasionais “Um Nordeste mais Quente” e “Setor Metalmeccânico”.

A escolha do recorte no ano de 2005 se deve à sua grande importância na trajetória do processo de transposição do Rio São Francisco, uma vez que foi quando foram divulgadas as primeiras licenças para o início das obras, e pela ocorrência da primeira greve de fome do bispo Dom Cappio. Já o ano de 2007 foi marcado por fatos que contribuíram para a consolidação do projeto governamental: a nomeação de Geddel Vieira, político de um dos estados mais resistentes à obra, a Bahia, como Ministro da Integração Nacional e encarregado de efetivar o projeto; a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de tornar a obra irreversível, entregando-a ao Exército; a divulgação de editais de licitação para empresas interessadas; e a segunda greve de fome do bispo Dom Luiz Flávio Cappio, que recebeu apoio de artistas nacionais e reprimendas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e até do Papa Bento XVI, eleito no ano de 2005.

Para a análise de conteúdo nesse recorte espaço-temporal privilegiou-se a identificação dos fatos noticiosos relacionados às vozes e aos atores que lhes dão sentido. A premissa é a de que a partir deles é possível identificar também sinais do agendamento sobre a transposição exercido por agentes externos à redação (políticos, governos, movimentos ambientalistas, assessoria de imprensa, agência de notícias, etc), o que configuraria o jogo de interesses envolvido na obra.

Depois de selecionado o período do recorte-temporal para recolha do material que seria analisado no artigo, e as matérias que serviriam como objeto de estudo, foi organizado uma tabela que juntou os dois anos (2005 e 2007), identificando a natureza dos acontecimentos relacionados à transposição. Mediante tal sistematização foi possível detectar a dominância de cinco categorias de acontecimentos:

- a) **Manifestações e articulações contra a transposição** (68 textos, 26,2%): essa categoria contempla as matérias que abordam questões visando à interrupção da obra ou às tentativas de fazer vigorar o Projeto de Revitalização. Nesse conjunto, teve grande peso a cobertura das duas greves de fome de Dom Cappio (25 matérias), das manifestações públicas de rejeição à obra e dos embates jurídicos.
- b) **Fatos rotineiros no processo de implantação do projeto e andamento das obras** (69 textos, 26,8%): engloba expedição de licenças, divulgação oficial acerca de lançamento de editais e concorrências, início das escavações pelo Exército, desapropriação e indenizações de imóveis por trechos onde passarão os canais.
- c) **Articulações e medidas do governo federal para garantir a execução do seu projeto** (39 textos, 16%): aqui entram as matérias que tratam de ações movidas contra embargos jurídicos, processo de revitalização. No ano de 2005, ganha destaque a promessa de viabilização da Ferrovia Transnordestina, por Lula, e a criação da subsidiária da Chesf-Águas para gerenciar a destinação e o uso das águas da transposição (10 matérias). Em 2007, é bastante abordada a posse de Geddel Vieira Lima como ministro da integração, protagonizando 18 matérias.
- d) **Questões relacionadas aos interesses do estado-sede do veículo pesquisado** (57 textos, 22%): Os textos que abordam os interesses de Pernambuco em apoiar o Projeto de Transposição fazem parte deste quesito.

Foram publicadas 43 matérias enquadradas nessa categoria no de 2005, quando o então governador Jarbas Vasconcelos relutou em apoiar o projeto e exigiu do governo federal que fossem tomadas algumas medidas para o benefício do Estado. Em 2007, somente nove textos foram recuperados, sendo Eduardo Campos (atual governador) o principal porta-voz, dominado discussões sobre o Canal do Sertão e a Transnordestina.

e) **Articulação de interesses entre Estados da região no processo de transposição e destinação das águas do São Francisco** (24 textos, 9%): Dizem respeito às matérias que abordam iniciativas de interesse local (CE, PB, RN, AL), estimativas de aumento no custo/preço da água da transposição para a região. Em 2007, há uma concentração na abordagem de manifestações contrárias do governador de Sergipe, Marcelo Déda.

É importante ressaltar que “questões relacionadas aos interesses do está-sede do veículo pesquisado”, que no caso do Jornal do Commercio é Pernambuco, não são normalmente publicadas na mídia nacional (jornais distribuídos para as capitais e maiores regiões metropolitanas) por abordar questões específicas do Estado e da região. Também é interessante destacar o fato de coberturas tipicamente políticas, como atos públicos de protesto, serem feitas, no caso da transposição, pelo Caderno de Economia, ao contrário do que é comum nos veículos “nacionais”.

As categorias “vozes (quem fala nas narrativas) e “atores” (de quem se fala nas matérias) ampliam os sentidos das categorias de conteúdo ao permitir fazer inferências sobre os interesses implícitos nos processos de elaboração, negociação de viabilidade, reajustes e execução do projeto da transposição. A identificação dos emissores e referentes desses processos na cobertura feita pelo Jornal do Commercio permitiu identificar três grandes categorias (com subdivisões importantes do ponto de vista geopolítico e estratégico), conforme sintetizado no quadro abaixo:

categorias	quem fala	de quem se fala
Representantes da administração pública	em 147 matérias	em 216 matérias
governo federal	Ministério da Integração Nacional (MIN); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); ministros; Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH); Agência Nacional de Águas (ANA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Ibama;	presidente Lula; vice-Presidência da República; ministros da Integração Nacional (1), Meio Ambiente, Articulação Política; MIN; MDA; CNRH; ANA; Incra; Ibama; Casa Civil; Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS); Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS); Exército; ministérios de Minas e Energia, Saúde, Planejamento, Fazenda; Sistema de Aplicações Financeiras (Siafi); Pro-Álcool; Funai;



categorias	quem fala	de quem se fala
Representantes da administração pública	em 147 matérias (cont.)	em 216 matérias (cont.)
• interesses regionais	Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF); Comitê da Bacia do Rio das Velhas (CBRV); Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf); Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA);	Chesf; CBHSF; Codevasf; Sudene; Fundação para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro (Fundesa); Fundo de Desenvolvimento Regional; Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor); Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN); Fundo Constitucional do Nordeste (FNE); BNB; Fundo Garantidor do Projeto de Integração do Rio São Francisco; Chesf Águas; Sistema de Gestão Integrado das Bacias do São Francisco (SGIB); programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil; Conferência Nordeste de Ciência, Tecnologia e Inovação;
• interesses estaduais	Governadores; deputados; secretários (Recursos Hídricos, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Agricultura Irrigada, Planejamento, Fazenda); Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa); Comitê de Fitossanidade do RN; Fundo de Terras do Estado de Pernambuco (Funtepe);	Governadores; deputados; secretários; Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (Cogerh); Compesa; Assembléia Legislativa de PE; Comissão Especial da Assembléia Legislativa (AL); Instituto de Gestão das Águas do RN (Igarn); Companhia de água do RN (Caern); Comitê de Fitossanidade do RN; Fundo de Participação dos Estados (FPE);
• interesses locais	Prefeitos (Cabrobó; Piranhas; Afogados da Ingazeira; Boqueirão, Petrolina, Sertânia, Salgueiro, Parnamirim); secretários municipais (Agricultura, Desenvolvimento Econômico.);	Preitos e prefeituras; secretários municipais;
• outros		ex-presidentes FHC e Itamar Franco; ex-governador Miguel Arraes; BNDES; Banco Mundial; FMI; Congresso Nacional; Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara Federal; ex-ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra; ex-ministro de Meio Ambiente José Carlos Carvalho; ex-presidente do Ibama Humberto Cavalcanti; Caixa Econômica Federal;
Representantes da sociedade	45 matérias	89 matérias
• políticos	presidente da Câmara dos Deputados - Severino Cavalcanti (PB); presidente do Senado Renan Calheiros (AL); senador Antônio Carlos Magalhães (BA);	presidente do Senado Renan Calheiros (AL); senadores Ney Suassuna (PB), Teotônio Vilela (AL), Fernando Collor (AL), Eduardo Suplicy (SP); deputados federais Inocêncio Oliveira (PE), Marcondes Gadelha (PB); partidos políticos (PT, PSDB, PFL);
• ambientalistas	Associação Mineira de Defesa ao Ambiente (Amda); Aspan	Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá); Instituto Ambiental da Bahia (Iamba); Associação Movimento Paulo Jackson Ética, Justiça e Cidadania, Centro de Estudos Sócio-ambientais (Pangea); Rede de Organizações não Governamentais da Mata Atlântica (RMA);
• trabalhadores	MST; Associação dos Rizicultores da Ilha; Sindicato dos Urbanitários de PE; Intersindical Nordeste ; pescadores; ex-oleiro; agricultores; funcionários públicos; vice-presidente nacional da Força Sindical;	CUT; MST; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR); Sindicato dos Professores da Rede Estadual (SE); Sindicato dos Metalúrgicos;



categorias	quem fala	de quem se fala
Representantes da sociedade	45 matérias (cont.)	89 matérias (cont.)
• Igreja Católica	Dom Cappio; Bispos; CNBB; Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Dom Cappio; Nunciatura Apostólica; Congregação dos Bispos; CNBB; Cardeais; Comissão Pastoral da Terra (CPT); arcebispo metropolitano de Belo Horizonte; religiosos; João Paulo II; representantes da Igreja Católica; Bento XVI;
• entidades jurídicas	Promotores; OAB; advogados; STF	STF; Superior Tribunal de Justiça; Tribunal Superior Eleitoral; Tribunal de Contas da União (TCU); Advocacia Geral da União (AGU); Juízes; OAB (BA, SE, AL); Ministério Público Estadual (MG); Associação de Advogados de Tribunal Regional Federal; Tribunal Regional Federal da Bahia;
• outros	Tribos indígenas; manifestantes; Associação Brasileira de Reforma Agrária; Associação dos Irrigantes do Açude Epitácio Pessoa; ONG baiana Gemem; Grande Oriente Independente de Pernambuco (Goipe);	Frente Nacional em Defesa do São Francisco e Contra a Transposição; Fórum Permanente de Defesa do São Francisco (BA); Polícia Militar; Tribo Tumbulalê; índios trukás; estudantes; movimentos sociais; ONGs; artistas; Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial e da Via Campesina; Associação de Defesa Homossexual de Sergipe (Adhons); manifestantes; ONG Transparência Internacional;
Representantes do capital	12 matérias	26 matérias
	Federação da Indústria do Estado da Paraíba (Fiep); Potiporã Aquacultura; Câmara de Dirigentes Lojistas; Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Sertânia; Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental da PB; Del Monte (multinacional produtora e exportadora de frutas instalada no RN e no CE); Associação de Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport – Brazilian Fruit); Associação dos Produtores de Manga do RN; Sindicato da Construção Civil (Sinduscon) de PE; Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar); Federação Cearense de Agricultura;	Fábrica PepsiCo; construtora Camargo Corrêa; Complexo Industrial Portuário de Suape; Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe); produtores do Vale do São Francisco; proprietários de terra; Federação Cearense de Agricultura; Sebrae-PE; Alston Brasil (líder global em equipamentos e serviços para geração, transmissão de energia e transporte ferroviário); Flowserve Corporation (bombas e tubulações); Transpetro; Petrobras; Mossi & Ghisolfi (empresa italiana do setor de polímeros); Associação de Cooperação Agrícola do Estado de Pernambuco (Acape);

(1) Ciro Gomes, 2005; Pedro Brito (interino) e Geddel Vieira (a partir de 2007)

(2) Entre 2005 e 2007, Pedro Brito exerceu também os cargos de chefe de gabinete do MIN (gestão Ciro Gomes) e coordenador-geral do projeto da transposição

Do ponto de vista quantitativo (participação no total de matérias), observa-se a predominância das vozes e atores “representantes da administração pública”, que para fins de observação do seu caráter geopolítico e estratégico foram divididos em quatro vertentes: governo federal, interesses regionais, interesses estaduais e interesses locais. Nesta grande categoria, o jornal atribuiu maior peso às fontes do governo federal, tendo

o Ministério da Integração Nacional como o grande protagonista, seguido pelas instituições de caráter regional, com destaque para o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Embora os interesses locais do estado-sede do Jornal do Commercio, Pernambuco, tenham um peso “natural” na cobertura, observa-se também significativa atenção a fontes de outros estados da região, com ênfase aos que serão receptores das águas do São Francisco. Já a participação dos interesses locais ficou mais restrita a poucos municípios dos que sofrerão impacto direto com a instalação dos canteiros de obras.

Na divisão “representantes da sociedade” o foco das matérias foi, em sua grande maioria, no bispo Dom Cappio e seus apoiadores nas duas greves de fome que realizou contra a transposição das águas do Rio São Francisco, uma em cada ano. No desenrolar dos fatos, múltiplas vozes se pronunciavam nas reportagens, ocasionando um “diálogo” entre duas ou mais categorias. É notória a intervenção do Papa Bento XVI na segunda greve de fome, solicitando que o religioso interrompesse o protesto, o que não acontecera na greve anterior, em 2005, quando João Paulo II ainda era o papa.

Já entre os “representantes do capital” observa-se uma complexidade maior no perfil de vozes e atores, que merece um estudo à parte. Nessa categoria foram identificadas tanto articulações de produtores locais, como a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Sertânia (PE) e a Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental da Paraíba, como grandes empresas nacionais envolvidas na obra (construtoras Camargo Correa, Odebrecht e Queiroz Galvão). Enquadram-se aí, também, empresas do agronegócio que poderão lucrar com as novas terras irrigadas pós-transposição, como a italiana Del Monte (multinacional produtora e exportadora de frutas instalada no RN e no CE) e as reunidas na Associação de Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport – Brazilian Fruit), além de investidores transnacionais como a holding de origem japonesa Itochu Corporation.

A posição assumida frente à transposição por muitas vezes acompanha as subdivisões feitas na tabela. Os governadores e demais políticos dos estados receptores se posicionam a favor das obras, utilizando e defendendo os argumentos do projeto do Ministério da Integração. Já os dos estados “doadores”, como Sergipe e Bahia, enfrentaram dilemas políticos devido ao fato de seus governadores terem se posicionado contra o projeto, mesmo no caso de Marcelo Déda (SE), filiado ao mesmo partido do presidente da República. Já Jacques Wagner, da Bahia, também do PT, conseguiu

manter-se como “neutro”, evitando ao máximo posicionar-se publicamente em relação à transposição.

Na Igreja Católica também houve divisão, por conta das duas greves de Dom Cappio, que em determinados estados significou um conflito com os interesses locais e regionais. Mas a posição radical assumida pelo bispo de Barra acabou canalizando boa parte das manifestações públicas contra a transposição – cobertas passo a passo pelo JC – e mobilizando entidades de trabalhadores, ONGs, movimentos sociais, artistas e até ambientalistas que, isoladamente, não teriam força contra o aparato político agenciado para defender o projeto. Em suas falas, alguns desses “representantes da sociedade” utilizaram como argumento de contestação depoimentos da população ribeirinha que, depois do início das obras, notaram mudanças ambientais nos ecossistemas locais.

Já os “representantes do capital” aparecem algumas vezes divididos entre defender o projeto, principalmente aqueles que disputam a participação nas obras de infraestrutura, ou mostrar-se “preocupados” com os ganhos ou perdas que poderão ter com as consequências da transposição.

Outra categoria não analisada neste artigo que merece atenção é a que se pode denominar “fontes de informação e conhecimento”, composta por documentos institucionais ou de caráter técnico e por técnicos e especialistas de órgãos governamentais (federais e estaduais) e instituições de ensino e pesquisa. Como exemplos podemos citar o próprio Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e o Programa de Revitalização do Rio São Francisco (ambos disponíveis no site do MIN), e outros mais específicos, como o estudo da Chesf com base no histórico de operação do açude Armando Ribeiro Gonçalves e o Convênio de Integração para Implantação do Pacto pela Sustentabilidade do Programa de Integração do São Francisco (Pisf), base para a criação da Chesf Águas, subsidiária encarregada de gerenciar a cobrança das águas oriundas do Rio São Francisco. Entre os especialistas, ganharam destaque no JC pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco e da Universidade Federal de Pernambuco.

6. Considerações Finais

O trabalho apresentado, mesmo fazendo parte de um projeto de pesquisa que se encontra em andamento, já antecipa, de forma inicial, que a cobertura de um tema de grande impacto ambiental é pautada pelo Jornal do Commercio com um enfoque predominantemente político-econômico. Para uma maior comprovação ou refutação dos



dados aqui apresentados, o projeto tem como etapas futuras a ampliação da análise de conteúdo no período de 2005 a 2009, bem como a análise do discurso das matérias especiais publicadas pelo JC sobre a transposição. A escolha dessas reportagens – não computadas na análise de conteúdo pelo seu caráter de excepcionalidade frente à cobertura cotidiana – se deve à possibilidade de identificar, mais precisamente, os protagonistas e principais argumentos dos partidários e adversários do projeto.

Com a renovação da bolsa de iniciação científica (Pibic-UFS 2010-2011) a pesquisa será ampliada também com a inclusão de mais dois jornais que também fazem parte do Pool de Jornais do Nordeste, o Diário do Nordeste (CE) e a Gazeta de Alagoas. Espera-se, assim, alcançar resultados mais precisos sobre as complexas relações suscitadas por essa mega-intervenção no Rio São Francisco.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Sonia. Ciência, jornalismo e meio ambiente: confrontos discursivos. In: SOUSA, Cidival M. (org.). **Jornalismo científico & desenvolvimento regional: estudos e experiências**. Campina Grande: EDUEPB, 2008. p. 168-180. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1176-1.pdf>

AGUIAR, Sonia e SANTOS JUNIOR, Erivaldo. **A transposição do Rio São Francisco no Pool de Jornais do Nordeste**: o caso do Jornal do Commercio. Trabalho apresentado no XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Campina Grande, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1176-1.pdf>

ANDRADE, Renata. **Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da bacia**: as várias visões de um rio. Report International Rivers Network, Rios Vivos e Fórum de Defesa do Rio São Francisco, São Paulo, Brasil. Agosto, 2002. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/renata_andrade.pdf

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação e jornalismo ambiental: conceitos e reflexões. In: Bueno, W. da C. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teorias e pesquisas. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007. p. 11-54

HERSCOVITZ, Heloiza G. Análise de conteúdo em Jornalismo. In: Lago, C.; Benetti, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 123-142

POOL de Jornais do Nordeste. Recursos hídricos. **Cadernos do Nordeste**, nº 1, junho de 2000. Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/cadernosdonordeste/indice_junho.htm

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O meio ambiente como mercadoria V: as contradições entre teoria e prática. In: Porto-Gonçalves, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 413-448

VILLAR, Roberto. **Jornalismo Ambiental – Evoluções e Perspectivas**. 1997. Disponível em: <http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>